

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A relação entre o *impeachment* de Dilma Rousseff e o gênero na política brasileira

Yasmim Pereira Speretta

Orientadora: Profa. Dra. Lara Martim Rodrigues Selis

RESUMO

Este artigo pretende relacionar a teoria e as justificativas da baixa participação feminina na política com as estatísticas mundiais recentes, além de identificar o golpe sofrido por Dilma Rousseff, ao ser retirada de sua posição como presidente em 2016. Pretende-se demonstrar por que esse último processo foi influenciado pelas bases patriarcais na política nacional, além de relacioná-lo com a postura adotada por Rousseff. O Brasil será o foco dessa análise, uma vez que apresenta um dos piores índices de participação política de mulheres do mundo, e portanto, será explanado as razões para essa tendência.

Palavras-chave: política e gênero; Dilma Rousseff; *impeachment*; representatividade política feminina.

1. INTRODUÇÃO

As mulheres, como parte essencial da sociedade, também têm direito de serem representadas e participarem dos processos de tomadas de decisões, uma vez que também são afetadas pelas políticas adotadas. Este trabalho pretende investigar a respeito da presença feminina em esferas democráticas. Vale ressaltar que o termo “mulheres” é uma generalização, já que existem diferenças de experiências e demandas para o grupo feminino da população. Ou seja, nem sempre as mulheres negras, mulheres LGBT+, entre outras, defendem exatamente a mesma pauta. Contudo, este artigo utiliza a generalização para ilustrar o panorama geral encarado pelo gênero feminino.

Este trabalho vislumbra o panorama mundial e nacional acerca da relação entre gênero e política. Para isso, analisa o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e se houve uma ligação entre ele e a questão do gênero da governante. Em síntese, a problemática da pesquisa levantada é: houve influência de fatores de gênero no *impeachment* de Dilma?

Como resposta preliminar, acredita-se que, mesmo com outras razões atribuídas ao crime de responsabilidade, a variável de gênero relacionada à figura feminina de Dilma exerceu uma função discursiva estratégica para a condução do *impeachment*, culminando em práticas enquadradas na categoria de violência de gênero.

A primeira seção apresenta a realidade das mulheres pelo mundo quando se trata de política, tanto em termos teóricos como números atualizados. Assim, são demonstradas as medidas realizadas pelos países para incentivar a participação feminina, bem como as dificuldades de entrada e manutenção delas no espaço político. A presença do “homem branco heterossexual” é utilizada para ilustrar o obstáculo entre a inserção e participação ativa das mulheres na política. Além disso, reflete-se sobre quais são as mulheres que realmente integram o processo de tomada de decisões, especialmente em campos estratégicos.

Em seguida, é abordada a situação brasileira em relação à política e ao gênero, buscando apresentar razões para que o Brasil tenha um percentual tão baixo de líderes femininas, em especial, o desejo de manutenção da estrutura patriarcal, sendo que alguns de seus valores são intrínsecos aos aspectos histórico-social do país. Assim, é apresentada a realidade política em que Dilma Rousseff se inseriu, sendo que em grande maioria de seus cargos públicos, ela ocupou espaços inicialmente destinados e ocupados apenas para homens.

A trajetória política de Rousseff é retratada, a fim de demonstrar como ela foi uma figura contrária àquilo considerado adequado e feminino, como sua militância durante a Ditadura Militar até sua eleição como presidente do Brasil. Em seguida, são apontadas as críticas ao seu mandato e as justificativas para o *impeachment*, sendo vislumbrada a matéria de gênero como um dos motivadores para tal processo.

2. PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

2.1. Gênero e Política

A participação política, ou seja, o posicionamento perante as decisões que permeiam a comunidade a que o indivíduo pertence, é objeto de estudo de diversas áreas, seja histórica ou social. Ainda no berço ateniense da democracia ou nos governos atuais, a representatividade política sempre esteve em pauta, ainda que não abrangesse completamente todas as camadas da sociedade. O objetivo deste trabalho é expor como é convertida a participação das mulheres em âmbito público, uma vez que a política em si é um ambiente de difícil acesso para o grupo feminino, especialmente em processos decisivos. Além disso, não seria apenas

integrar o espaço, e sim levar os desejos e interesses do conjunto a que pertencem, para que ações práticas e efetivas sejam aplicadas.

De acordo com a definição dada por Miguel e Biroli (2009, vol. 15, p. 62), “a função de representação política significa tanto tomar decisões em lugar de outros quanto participar da produção da agenda pública e do debate público em nome de outros”. Por conta da incapacidade de termos todos os grupos sociais plenamente representados, ainda é válida a consideração de que o representante corresponda às expectativas dos eleitores e/ou componentes da sociedade em questão. Contudo, considera-se que a população mundial feminina seja equivalente ou até maior em determinadas regiões do que a população masculina. Dado este fato, nada mais justo que as mulheres tenham voz e vez como lideranças políticas.

Entretanto, quando observados os percentuais de participação política feminina em âmbito internacional, depara-se com uma diferente realidade. No aspecto mundial e tendo em vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Organização das Nações Unidas, temos um tópico destinado para a igualdade de gênero, que busca o empoderamento e oportunidades para mulheres. Nele, uma de suas diretrizes é a representação feminina, a fim de “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (NAÇÕES UNIDAS, c2022).

Segundo uma análise realizada pela ONU Mulheres com dados de integrantes na arena política no ano de 2020, cerca de 36% correspondem a lideranças locais femininas. Mesmo com este baixo percentual, a presença de mulheres no cenário parlamentar é ainda menor, correspondendo a cerca de 25%. Vislumbrando as regiões, a Ásia Central e Sulista é a melhor colocada em termos de assentos ocupados por mulheres em corpos deliberativos, sendo 41% do total. Em seguida temos a América do Norte e Europa, com 35% e Oceania com 32%. Os últimos colocados do ranking correspondem a América Latina e Caribe, com 25% e Sudoeste Asiático e Norte da África, com 18% (BEREVOESCU; BALLINGTON, 2021).

Para que seja motivada a eleição de mulheres, existem países que implementam políticas voltadas para este objetivo. Cerca de 40% dos países com corpos deliberativos eleitos localmente implementam cotas de gênero legislativas para corrigir falhas sistêmicas na desigualdade de representação. Essas cotas são garantidas por leis eleitorais, além de constituições nacionais, atos governamentais locais, leis de paridade, leis de partidos, entre outras formas. Existem também dois formatos de cotas mais utilizados, como as cotas de candidatos, em que uma parcela mínima feminina deve estar presente como candidata aos

cargos, podendo ser classificada com rankings ou não; e assentos reservados para lideranças femininas (BEREVOESCU; BALLINGTON, 2021).

Em países em que vigora as cotas de candidatos, a proporção destinada às mulheres geralmente é de 30 a 40%, sendo que alguns países optam por 50%. Além disso, alguns Estados possuem sanções caso as cotas não sejam cumpridas, como multas ou perda de recursos financeiros para as campanhas eleitorais. Percebe-se que com as medidas descritas anteriormente, houve uma mudança no panorama político de inserção de mulheres, tanto em países em desenvolvimento como já desenvolvidos. Assim, em regiões em que existe uma legislação própria para as cotas, há uma maior representação feminina nos corpos deliberativos locais do que nos que não possuem tais medidas (BEREVOESCU; BALLINGTON, 2021).

O cenário descrito representa, em âmbito local, a proporção das mulheres eleitas, mas falha em demonstrar como é a situação dessas lideranças assim que assumem os cargos. A seguir, será mencionada a questão da voz ativa das mulheres no cenário político. Junto a isso, é preciso uma atenção também à questão dos cargos executivos e a dificuldade das mulheres para alcançá-los (BEREVOESCU; BALLINGTON, 2021).

Vislumbrando o Executivo, de acordo com um estudo mundial tendo como base os chefes de Estado e líderes governamentais, as porcentagens que representam as mulheres são de 6% e 7% do total, respectivamente. Já as presidentes dos parlamentos nacionais ocupam 21% dos assentos, enquanto as vice-presidentes dos parlamentos correspondem a 28% do total. As regiões que demonstram maior número de parlamentares femininas são os países nórdicos, com 44,5% e a América, com 32%. Em relação aos ministérios, nota-se que as mulheres não chegam a ocupar mais de 50% do quadro, salvo algumas exceções (UN WOMEN, 2021).

Como indica Miguel e Biroli (2009, vol. 15, p. 66):

A busca por uma presença maior das mulheres nos espaços decisórios se insere em um movimento mais amplo, que identifica, como um dos pontos decisivos de estrangulamento das democracias contemporâneas, a subrepresentação política de determinados grupos sociais. O grupo dos governantes, em relação ao conjunto da população, tende a ser muito mais masculino, muito mais rico, muito mais instruído e muito mais branco - uma observação que vale para o Brasil e para as democracias ocidentais em geral.

Por que então existe tanta disparidade entre os gêneros? Claramente, a organização patriarcal da sociedade tem forte influência, mas é insuficiente para responder a questão. Apenas relacionar a falta de candidatas ou até mesmo de representantes do gênero feminino com a opressão às mulheres é insuficiente, e por conta disso, diversos autores buscam justificativas tanto na parte comportamental como estrutural. Como mencionado no trecho anterior, a política há muitos séculos é representada pelo tradicional homem hétero branco e de significativo poder aquisitivo, sendo ele também o retrato do chefe de família, empreendedores, entre outras posições de poder perante a sociedade. Poder aqui refere-se à projeção de domínio sobre o outro, neste caso, de homens sobre as mulheres.

Marcia Tiburi, em sua obra, refere-se ao denominado “lugar de fala” e como as mulheres ainda enfrentam dificuldades de participarem de um ambiente que deveria ser seu direito, uma vez que o âmbito público é um mecanismo que perpetua a sobreposição dos homens, em sua grande parcela, descritos como mencionado anteriormente. Segundo a autora:

As chamadas minorias alcançaram um lugar no cenário político por meio da afirmação da identidade (...). Não poderia deixar de ser assim, uma vez que a participação política implica a entrada do corpo marcado no lugar que o poder reservou para si contra os corpos, aquele lugar onde o poder se exerce para dominar o outro, para subjulgar, para submeter, transformando cada um em objeto (2018, p. 112).

Percebe-se então o desejo e até mesmo a necessidade do sistema político pautado na democracia liberal de se perpetuar através de mecanismos ultrapassados de superioridade perante os grupos minoritários, ainda que não sejam a minoria da população. Com isso, o cenário político favorece a participação masculina, uma vez que historicamente foram eles quem moldaram e condensaram a forma que as decisões políticas são feitas. Mas isso não indica uma necessidade de continuação, pelo contrário; existe uma grande demanda da sociedade por melhor representação e participação de grupos marginalizados.

As candidatas e políticas que integram este aparelho contradizem o próprio arranjo em que o meio político foi construído. Elas, ao se proporem a participar, levantar pautas e discutir ativamente leis, projetos e meio de mudança da vida da comunidade a que pertencem, estão se colocando em um local que inicialmente não foi projetado para elas, mas que também as afeta diretamente. É por conta disso que a discussão sobre representatividade é tão importante, uma vez que nada melhor que o próprio grupo se posicionar.

Vale mencionar que apenas a presença das mulheres na política não é suficiente. Como indica Céli Regina Jardim Pinto (2010, v. 18, p. 18):

Uma das questões mais centrais quando o tema é a presença da mulher na arena pública de decisão, em geral, ou na política, em particular, é a seguinte: que mulheres queremos nos cenários políticos? Todas as mulheres, independente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder?

Com isso, é considerável o questionamento, uma vez que apenas a existência desses corpos no cenário político não indicam mudança na vida e bem estar dos grupos a que pertencem. Mesmo com medidas adotadas por todo o mundo para facilitar a entrada de mulheres em locais de decisões, como direito ao voto e cotas eleitorais, para direcionar certa parcela de candidatura às mulheres, isso ainda não indica que serão eleitas, muito menos que alcançarão papéis centrais ou que terão grande “capital político” (MIGUEL; BIROLI, 2009).

No quadro em que mulheres sejam efetivamente eleitas e busquem transformações político-sociais, ainda há outro empecilho para que possam ocupar todos os setores públicos. Isso porque existem âmbitos considerados próprios ou destinados às mulheres. Isso seria justificado pela crença da inerente sensibilidade e empatia das mulheres, enquanto os homens buscariam aspectos mais racionais e estratégicos. Por conta disso, grande parcela das estadistas ocupam cargos ligados à questões familiares, justiça social, meio ambiente, entre outros. Assim, conclui-se que elas são direcionadas para essas esferas porque são as únicas disponíveis para elas atuarem (MIGUEL; BIROLI, 2009).

As *hard politics*, representadas com campos como economia, administração pública e política externa geralmente são associadas a homens, mas isso não os impede de também ocupar os cargos com pautas sociais. Assim, mesmo em âmbitos em que as mulheres seriam consideradas ideais para atuarem por causa de sua percepção diferente, os homens ainda ocupam este local. Além disso, as possibilidades de crescimento profissional nas *hard politics* são maiores do que nas demais categorias, sendo novamente uma forma de manter o poder nas mãos conservadoras do público masculino, dificultando a ascensão de mulheres em cargos de suma importância (MIGUEL; BIROLI, 2009).

O caso brasileiro também é digno de análise, uma vez que servirá como base para o caso estudado de Dilma Rousseff. Como identificado anteriormente, a política brasileira também está estruturada de forma que certos grupos sejam privilegiados, sendo a grande maioria os homens brancos e de considerável poder aquisitivo. São inúmeras as causas

apontadas como base desse formato de instituição, como a questão sócio-histórica, com elementos herdados do período de colonização, além da influência da religião católica e os moldes patriarcais da sociedade.

2.2. Brasil, gênero e política

Assim como outros países no mundo, o Brasil também sofre com a representatividade feminina na política. De acordo com a legislação eleitoral vigente, existem cotas para as candidatas femininas nos partidos e nas coligações. Mesmo que tenha sido a forma encontrada para motivar a participação das mulheres, os resultados não são satisfatórios e não indicam que existe realmente uma igualdade entre os gêneros e nem o aumento de mulheres em locais de tomada de decisão. A falha no sistema eleitoral é apontada como resultante da lista aberta e da débil forma pela qual a reserva de candidaturas foi formulada, fazendo com que as posições destinadas para mulheres ficassem vagas, sem a obrigação de direcionamento de recurso para as candidatas (MIGUEL; BIROLI, 2009).

O Brasil conta com uma das piores posições no ranking mundial quando tratamos de participação política de mulheres. Os ministérios possuem apenas 10,5% de mulheres como representantes, enquanto na Câmara de Deputados e no Senado, as mulheres ocupam 15,2% e 12,4%, respectivamente (UN WOMEN, 2021). Em 2020, no que tange os municípios, os índices de representatividade feminina também são baixos. A porcentagem de mulheres eleitas como prefeitas chegou a 12%, vice-prefeitas com 16,4% e vereadoras com 16%, sendo que cerca de 900 cidades brasileiras não chegaram a eleger mulheres para a Câmara Municipal (SEABRA; MISSIONEIRO, 2021).

A autora Céli Pinto aponta alguns motivadores para a dificuldade da entrada de mulheres na política brasileira. A primeira delas é o fato que membros do parlamento e governo adquirem grande poder pessoal, o que muitas vezes colabora para a manutenção de hierarquias na sociedade brasileira, sejam elas de raça, gênero, renda, entre outras formas. Esse poder adquirido não necessariamente corresponde ao poder político, e ele se origina da própria legitimação da desigualdade, por parte dos brasileiros. Assim, a entrada de pessoas diferentes, que não respeitam essas hierarquias é fortemente barrada, seja direta ou indiretamente, como é o exemplo das mulheres como representantes. Como elas não retratam as elites que estão no poder e que possuem maior força, elas não são bem aceitas (PINTO, 2010).

Contudo, ainda que uma pequena parte consiga adentrar a arena política, isso também pode significar que estarão sujeitas à estrutura institucional, a qual poderá convertê-las à reproduzir as desigualdades (PINTO, 2010). Percebe-se então a inexistência da neutralidade institucional por parte do Estado, ou seja, os valores mantidos e perpetuados pelas elites são percebidas tanto na recusa de participação de grupos que não são dominantes, como na mudança de ideologia por aqueles que conseguem ingressar no meio público. O Estado brasileiro, estruturalmente falando, é baseado em um modelo colonial e patriarcal, e por conta disso, mudanças significativas em termos de gênero dificilmente são realizadas. Essa dificuldade é sentida no bem estar da população em geral, principalmente das brasileiras, ainda que dentro do conceito de gênero feminino, existam diferentes ramificações, como as mulheres negras, pobres, LGBTQIA+, entre outros (MATOS; PARADIS, 2014).

Além da estrutura institucional pouco aberta para o debate de gênero, a própria população brasileira carrega seus pré-conceitos sobre o papel da mulher na sociedade. Segundo Matos e Paradis (2014, p. 65), junto com a herança colonial, em que existe uma sobreposição de brancos sobre demais raças, com as bases liberais democráticas, o patriarcado possui o obsoleto arcabouço de que a mulher como indivíduo é a responsável pela família, principalmente na criação dos filhos e manutenção do lar, sendo que em determinados casos, ela precisa manter a família financeiramente sozinha. Mas ainda assim, o mais bem quisto seria a relação matrimonial com um homem.

Por conta dessas atribuições às mulheres, não se é trabalhado ou encorajado de forma espontânea a participação delas em meios políticos, uma vez que acredita-se que o local em que a mulher deve e precisa estar é com a família. Pode parecer um pensamento ultrapassado, mas ele ainda é a justificativa para que muitas mulheres não ingressem na vida política, já que a própria sociedade a que pertencem é convencida de que o correto seria a mulher zelar pelos familiares, e quando necessário, trabalhar em locais que não requerem tomadas de importantes decisões.

Outra justificativa encontrada para controlar a presença das mulheres na política brasileira seria a questão emocional intrínseca ao sexo feminino. Por acreditar que a mulher é mais cuidadosa e empática, em uma equivocada generalização, ela seria a mais indicada para lidar com relações humanas, e não com questões racionais e estratégicas. Isso é demonstrado tanto na vida domiciliar como política das mulheres, como foi retratado anteriormente sobre os principais setores de atuação feminina no cenário público. Vale ressaltar que a mulher brasileira não está por fora completamente da possibilidade de exercer um cargo político, mas como descreve Matos e Paradis:

(...) o capitalismo emergente e o atual não excluíram a mulher da esfera pública. O que ocorreu foi a inclusão simultânea do sexo feminino nas duas esferas, a pública e a privada e a concomitante sobre-exploração dela: trabalho remunerado e trabalho não remunerado das mulheres dentro das formas de família patriarcal burguesa (2014, p. 85).

Percebe-se então que dificilmente as mulheres são distanciadas de sua responsabilidade social como mães e esposas, mesmo se ocuparem cargos políticos. Isso faz com que a ideia patriarcal de necessidade de uma família para se reafirmar como mulher permaneça em nossa sociedade, e aquelas que destoam desse modelo são consideradas revoltosas. Dilma Rousseff seria um exemplo disso, já que não se comportava como a sociedade brasileira esperava como mulher, sendo ativa e determinada. Em diversas situações, foi questionada até mesmo a sexualidade da ex-presidenta por conta de seu posicionamento e sua forma de pronunciamento, algo que não deveria ser significativo, mas que para a manutenção do aparato estatal antiquadamente patriarcal, estava presente.

O curioso é que homens na mesma posição já assumiram e assumem posturas da mesma natureza da ex-presidenta, em algumas vezes até mais rudes do que ela. Mas por serem amparados pelos valores do sistema político em que estão, suas falas e até mesmo ações chegam a ser justificadas.

O capítulo seguinte explora a vida política de Dilma Rousseff, a fim de contextualizar o *impeachment* que ela sofreu, bem como as questões de gênero que a permearam durante sua carreira. Vale ressaltar que o período em que Rousseff assumiu a presidência coincidiu com a chamada Quarta Onda de Movimentos de Mulheres e Feministas, que se caracteriza pela forma que se realizam as demandas femininas em determinados espaços e instituições, sejam eles partidos políticos, sindicatos, entre outros (MATOS, 2020).

3. OS MANDATOS POLÍTICOS DE ROUSSEFF

Para compreender a vida política de Dilma Rousseff e os desdobramentos dela, é necessário uma reflexão sobre o percurso realizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual ela se elegeu. Após a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, os governos brasileiros, bem como demais países da América Latina que também entravam em um regime democrático, passaram a se atentar às pautas sociais e direitos civis. O PT viu esta conjuntura

como uma forma para fortalecer suas agendas, a fim de combater a discriminação e a desigualdade (MATOS, 2020).

Por conta disso, nos governos Lula e Dilma, os grupos femininos, feministas e LGBTQIA+, entre outros, viram uma oportunidade para dialogar com o Estado brasileiro. Grande parte dos avanços nessas pautas se deve à nomeação de pessoas comprometidas com mudanças em áreas responsáveis, como ministérios e em algumas ações do Legislativo (MATOS, 2020). Contudo, ainda existiam e existem barreiras para a efetividade de programas e atuações no âmbito de gênero. Este capítulo faz uma leitura sobre as decisões tomadas por Dilma durante seu mandato, e compara com as expectativas sobre gênero na política mencionadas anteriormente.

3.1. Origens e início da trajetória política

Nascida em em 1974, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Dilma Vana Rousseff iniciou desde cedo sua participação política. Por conta da Ditadura Militar vigente no Brasil a partir de 1964, Rousseff participou do Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), cuja orientação esquerdista defendia a exposição do país ao socialismo, quando tinha apenas 16 anos. Dentro deste mesmo grupo, o qual buscava fontes marxistas e de seus pensadores, havia diferentes diretrizes: alguns buscavam mudanças sem o uso da força e outros, principalmente motivados pela Revolução Cubana, defendiam o uso de armas para conquistar os objetivos socialistas (DILMA, c2009).

Dilma se aliou àqueles que defendiam o uso das guerrilhas, fazendo parte do Comando de Libertação Nacional, conhecido como Colina, mesmo que em determinados momentos não participasse das atividades de conflito. Em 1969, com a junção entre Vanguarda Popular Revolucionária e a Colina, originou-se a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Assim, Rousseff teve que abandonar o curso de graduação em Ciências Econômicas que havia iniciado pela Universidade Federal de Minas Gerais e passou a viver na clandestinidade (MEMÓRIAS DA DITADURA, 201-).

Por conta de uma repressão do governo vigente aos movimentos esquerdistas do período, Rousseff foi presa em 1970 durante diversas prisões de militantes da esquerda, promovidas pela Operação Bandeirante (Oban), chegando a ser contida tanto na própria sede da Oban como no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), onde sofreu com torturas físicas e psicológicas até ser transferida para o presídio Tiradentes. Após ser condenada e ficar presa por três anos, foi libertada em 1972, afastando-se da luta armada e

mudando-se para Porto Alegre, onde teve sua filha, Paula Rousseff Araújo em 1976, e concluiu a graduação em Ciências Econômicas em 1977 (DILMA, c2009).

Enquanto trabalhava na Fundação de Economia e Estatística (FEE), houve a anistia dos exilados durante o Governo Militar. Com isso, Leonel Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), uma vez que havia acabado o sistema bipartite. Dilma fez parte do partido e participou da Assembleia Legislativa de 1980 a 1985. Nos dois anos seguintes, foi secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre e entre 1989 e 1990, foi presidente da Câmara de Vereadores. Também foi Secretária de Energia, Minas e Comunicações do estado por dois anos. Sua posição seguinte foi na FEE, como editora (DILMA, c2009).

Nas eleições de 1998, com a vitória de Olívio Dutra, o qual pertencia ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas contava com o apoio do PDT, Rousseff passou a ocupar novamente a Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações, até 2003. Por conta de alguns conflitos políticos, o PDT se desvinculou do PT, fazendo com que Dilma optasse por se filiar ao Partido dos Trabalhadores, em 2001. Ainda na posição de Secretária de Energia e Minas do Rio Grande do Sul, Rousseff enfrentou o período conhecido como “crise do apagão”, que durou cerca de um ano. Essa crise foi causada por conta da falta de chuvas, o que impossibilitou o funcionamento das usinas hidrelétricas, e a falta de investimentos no setor energético. Tanto a população brasileira como as empresas sofreram com o racionamento implementado pelo governo federal (O GLOBO, 2011). Nessa situação, os estados do sul do país encontravam-se com bons níveis de água nos reservatórios, mas ainda assim, realizou-se um racionamento voluntário, sendo Dilma responsável por várias negociações com a Casa Civil e ações para melhorias e garantias no setor energético (DILMA, c2009).

Como era filiada ao PT, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, Dilma foi convidada pelo então presidente para ocupar o cargo de Ministra de Minas e Energia, como a primeira e única mulher até o momento a ocupar a função, sendo até uma surpresa a nomeação (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA). Ela ficou na posição de 2003 até 2005, quando houve o processo de “Mensalão”, em que a partir de denúncias, descobriu-se que votos de certos projetos governamentais eram comprados. O governo petista enfrentou, então, o maior escândalo de corrupção política brasileira, fazendo com que a liderança de Lula ficasse abalada. Junto a isso, o ministro da Casa Civil José Dirceu foi retirado do poder, assim que foi instalada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar o caso. O choque se deu tanto pela expectativa de que Dirceu seria o sucessor de Lula, como pela solicitação para que Dilma ocupasse o posto vago na Casa Civil, sendo também a primeira

mulher na história brasileira nesta posição, de 2005 até 2010, quando começou a se preparar para a sua própria campanha presidencial (FRAZÃO, 2019; ISTOÉ, 2011; TERRA, 2005).

3.2. A primeira campanha presidencial de Rousseff

Como mencionado anteriormente, Dilma não era a primeira opção do Partido dos Trabalhadores para assumir após a saída do então presidente Lula. Entretanto, com todos os escândalos envolvendo o partido, procurou-se uma figura nova, que não houvesse nenhuma mácula em sua imagem, sendo Dilma a melhor escolha. O principal traço na campanha eleitoral de 2010 foi a presença de Lula: ele deixava claro o apoio à candidata de seu partido, além de sua confiança e vínculo pessoal. Isso porque, após dois mandatos seguidos de Lula, criou-se uma grande visibilidade da população brasileira com este ator. Assim, aproveitou-se disso para conquistar o voto daqueles que votaram e até mesmo aprovaram o governo lulista. Buscou-se convencer os eleitores de que a melhor opção para governar, depois que Lula saísse, seria Dilma. Além do não envolvimento com acusações de corrupção, Rousseff também obteve grande relevância a partir da participação na criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2005, e sua atuação como ministra e chefe da Casa Civil, o que ajudou a enaltecer o discurso de sucessão (GANDIN; PANKE, 2015).

Não obstante, não foi apenas a presença de Lula que era marcante, mas também o compromisso com a continuidade do trabalho feito por ele, caso Dilma fosse eleita. Ou seja, mesmo que mudasse o chefe de Estado, a visão e os objetivos seriam os mesmos, sem interrupção das diretrizes de governo de Lula. Dilma assumiria, então, o cargo, mas por conta de sua experiência técnica, ela seria orientada com a administração de sucesso de seu partido, ou seja, os projetos já encaminhados pela gestão de Lula (GANDIN; PANKE, 2015). Para que houvesse a humanização da candidata, segundo Panke (2011, p. 43), durante as propagandas eleitorais houve

o estímulo à sensibilização para deixar a candidata mais próxima do eleitorado se materializou com táticas também adotadas nas campanhas vitoriosas de Lula: enaltecimento da brasilidade, lapidação estética do visual do candidato, inserção de depoimentos populares de múltiplas idades e etnias, depoimentos de lideranças, presença em eventos populares, musicalização constante nos programas e ênfase no aspecto estético imagético: exposição de imagens bonitas, cenários, iluminação e enquadramentos. Imagens belas do Brasil, desde aspectos culturais, natureza, desenvolvimento econômico, tecnológico e situações cotidianas...

Entre as promessas da candidata, além do seguimento de políticas do governo anterior, houve foco na população mais pobre e nos programas sociais direcionados à ela. Além do controle da inflação, Rousseff levou propostas para os âmbitos da educação, saúde, segurança pública, infraestrutura e melhorias para pequenas empresas, além de pautas sobre meio ambiente. Ou seja, mesmo com a continuidade, haveriam mudanças benéficas para as áreas que necessitavam de melhorias. Outro ponto que vale ser ressaltado é o discurso de Lula, que era considerado o “pai para o país”, e conseqüentemente, Dilma assumiria a posição de “mãe”. Assim, em conjunto com as propagandas eleitorais que mostravam o apoio do público feminino, foi-se fortalecendo a imagem de uma mulher como potencial líder da nação (SAISI, 2014).

Ainda durante a corrida eleitoral, Dilma também se manifestou quanto à dificuldade de inserção de mulheres na esfera política. A candidata considerou que ainda que sejam reconhecidas em determinadas áreas estratégicas, quando se trata de cargos específicos, como os que ela atuou, mulheres enfrentam discriminação. Junto a isso, deixou claro sua preocupação em não cometer erros enquanto presidente, uma vez que já um cargo difícil quando ocupado por um homem, mas quando ele é conquistado por uma mulher, abre-se uma oportunidade para o futuro, especialmente com novas candidatas para posições de poder. Em um pronunciamento durante um seminário voltado para o público feminino, ela afirmou que:

Em condições de poder, a mulher deixa de ser vista como objeto frágil e isso é imperdoável. Aí começa a história da mulher dura. É verdade: eu sou uma mulher dura cercada de homens meigos (...) Eles mandam e desmandam. E são suaves e meigos (...) Nós também somos mulheres capazes de atuar em áreas restritas, até agora, a homens. Eu sempre estive em áreas restritas a homens. Eu fui secretária de Fazenda, secretária e ministra de Minas e Energia e, agora, chefe da Casa Civil. Sempre fui a primeira e tenho certeza de que não serei a última (...) Nós (mulheres) devemos participar de todo um processo de atuação política, sobretudo em conjunto, com as mulheres colocando a cabeça para fora para se eleger prefeitas, vereadoras, se tornar secretárias e governadoras (NOSSA, 2009).

Foram nove candidatos à presidência em 2010. A coligação de Dilma, chamada “Para o Brasil seguir mudando” que contava com os partidos: PT, PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC e PTN, recebeu no primeiro turno 46,91% dos votos válidos, enquanto seu principal rival, José Serra, da coligação “O Brasil Pode Mais”, com os partidos PSDB, DEM,

PTB, PPS, PMN e PTdoB, contou com 32.61%. Já no segundo turno, Dilma venceu com 56,06% dos votos válidos, em contraposição à Serra, com 43,95% (G1, 2010).

Dilma então sairia de sua trajetória, pautada com cargos de confiança, para ser eleita a primeira presidente mulher do Brasil, sendo seu vice-presidente Michel Temer. Nota-se que ela passou de posições mais procedimentais para a liderança do poder Executivo, saindo do desconhecimento de muitos, para o reconhecimento a nível internacional.

3.3. Primeiro mandato (2011 - 2014)

O mandato de quatro anos de Dilma seguiu com altos e baixos, especialmente por conta de escândalos envolvendo corrupção por parte de políticos. Já no primeiro ano de gestão, o então chefe da Casa Civil, Antônio Palocci foi substituído por Gleisi Hoffmann, uma vez que surgiram denúncias sobre o patrimônio do ministro. Wagner Rossi, então ministro da Agricultura, também sofreu acusação de recebimento de propinas e também abandonou o cargo. O ministério do Turismo também sofreu uma investigação por conta de desvio de dinheiro público, fazendo que Pedro Novais, o ministro, também se retirasse. Já o ministro do Transporte, Alfredo Nascimento chegou a receber acusações por conta de irregularidades em obras de infraestrutura. Acredita-se que esse foi o momento mais tenso entre a presidente e o Congresso, uma vez que até uma CPI foi instaurada para o caso (SENADO NOTÍCIAS, 2014).

Ao todo, apenas no primeiro ano de Rousseff na presidência, foram sete ministros que abandonaram suas pastas por conta de acusações. Em termos de políticas sociais prometidas, houve a segunda fase do Minha Casa, Minha Vida, e ampliação do Bolsa Família, estipulados durante o governo Lula, bem como o Programa Rede Cegonha, para apoio de gestante e crianças, e o Plano Brasil Sem Miséria, para elevar a renda de famílias, com o objetivo de acabar com a pobreza no país. Em termos econômicos, mesmo com o baixo crescimento do PIB, o trabalho formal esteve em alta e o desemprego manteve-se em níveis baixos (SENADO NOTÍCIAS, 2014).

Em 2012, alguns dos acontecimentos mais importantes foram o caso de espionagem internacional que o Brasil foi vítima, o que abalou as relações diplomáticas com os Estados Unidos; a criação do Programa Brasil Carinhoso, atrelado ao Bolsa Família, para auxiliar na seguridade alimentar, educacional e de saúde de crianças nas linha da pobreza; a investigação sobre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, por conta da omissão sobre propina na Casa da Moeda; e também a instauração da Comissão da Verdade, para verificar as violações de

direitos humanos, desde o governo Dutra, como na Ditadura Militar, tendo seus estudos e trabalhos concluídos em 2014, bem como a apresentação das vítimas e dos culpados pelos crimes hediondos. Verificou-se que em termos de popularidade, Dilma alcançou uma posição superior à dos presidentes anteriores, inclusive Lula, com 78% segundo o IBOPE (SENADO NOTÍCIAS, 2014).

O ano de 2013 foi abalado pelas manifestações, em que inicialmente foram motivadas pelo aumento das tarifas de transporte público, mas avançaram para pautas como saúde, educação, investimento na Copa do Mundo que aconteceria no ano seguinte e investigações ligadas ao Ministério Público. Dilma recorreu a um pronunciamento nacional, para acalmar os ânimos e buscou estimular alianças com governadores para solucionar as demandas da população. Em suma, foram realizados projetos como o de tornar a corrupção crime hediondo e a exigência de ficha limpa de candidatos, para prevenir a corrupção. Outro ponto que sofreu controvérsias no terceiro ano de mandato de Dilma foi o Programa Mais Médicos, que trouxe médicos de outros países para assistirem as cidades pequenas. A iniciativa sofreu críticas por conta da baixa remuneração dos médicos que vieram a trabalho, bem como o formato de liberação para atuação desses médicos e a transferência de problemas estruturais ligados ao Sistema Único de Saúde para esses profissionais (SENADO NOTÍCIAS, 2014).

Mesmo diante de várias críticas, entre elas o exagerado gasto com estádios e questões sobre as iniciativas privadas envolvendo aeroportos, a Copa do Mundo aconteceu em 2014 e foi considerada “um sucesso” pela presidente Dilma. Outro acontecimento do ano mencionado foi o PNE: Plano Nacional de Educação, que visava implementar metas para a educação nacional, como o fim do analfabetismo, tanto o funcional como absoluto, nos dez anos seguintes, aplicando no mínimo 10% do PIB na área mencionada. Vale a pena mencionar a questão da Petrobrás, que sofreu com a compra de uma refinaria estadunidense durante o período de Rousseff como ministra de Minas e Energia, e que em 2014 foi solicitado pela oposição o estabelecimento de uma CPI. Junto a isso, houve também a questão da Operação Lava Jato, que traçava propinas oriundas da Petrobrás para o Congresso (SENADO NOTÍCIAS, 2014).

Levando em consideração as políticas voltadas para minimizar a desigualdade de gênero, o primeiro governo de Dilma contou, além dos programas Rede Cegonha e Brasil Carinhoso, com a atualização do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, sendo estes projetos voltados para o bem estar do público em questão. O PNPM, que vigorou de 2013 a 2015, tinha como objetivos centrais buscar a autonomia feminina, igualdade entre os gêneros em todos os aspectos, respeitar a diversidade e combater a discriminação, entre outros

princípios. Nota-se uma relação entre a condição econômica familiar e o combate à desigualdade de gênero, isso porque de acordo com a presidente: “no Brasil, a pobreza tem cara: ela é muito feminina, está ligada às mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher” (GONÇALVES; ABREU, 2018).

Além disso, foi promulgado também o projeto Mulher: Viver sem Violência, para preservar a segurança e a vida das mulheres brasileiras, vítimas de violência, especialmente a doméstica. Já em termos legislativos, uma importante conquista foi a “PEC das Domésticas”, que foi a Emenda Constitucional número 72, aprovada pelo Senado em 2013 e assegurou direitos trabalhistas para trabalhadores domésticos, em que mais de 90% é composto por mulheres (MORITZ, 2018).

Em termos de economia, como se havia prometido, Dilma seguiu as mesmas políticas de Lula: metas de inflação, câmbios flexíveis e superávits primários. Percebia-se que o Brasil não tinha grandes taxas de crescimento e a inflação continuava dentro de sua meta, mas não tendia a baixar. Mas durante o período de eleições e início do segundo mandato, houve uma grande recessão econômica (CORSI, 2016). Esse era o ambiente em que Dilma se encontrava para disputar sua reeleição: duas CPIs em curso, a desvalorização da Petrobrás, vários escândalos políticos e econômicos. Assim, a imagem da presidente começou a se desgastar rapidamente, mesmo com a intenção de um segundo mandato.

3.4. Segunda campanha eleitoral

Em 2014, iniciou-se a corrida presidencial, e Dilma buscou sua reeleição, o que concretizaria 16 anos do Partido dos Trabalhadores no poder, caso fosse eleita. Sua coligação recebeu o nome de “Com a Força do Povo”, com os partidos: PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS e PCdoB. Além dela, os demais candidatos ao primeiro turno foram: Aécio Neves, representou a coligação “Muda Brasil”; Eduardo Jorge pelo Partido Verde; Everaldo Dias (Pastor Everaldo) pelo Partido Social Cristão; José Maria Eymael pelo Partido Social Democrata Cristão; José Levy Fidelix pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; José Maria de Almeida (Zé Maria) pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; Luciana Genro pelo Partido Socialismo e Liberdade; Marina Silva pela coligação “Unidos pelo Brasil”; Mauro Iasi pelo Partido Comunista Brasileiro; e Rui Pimenta pelo Partido da Causa Operária (PORTAL EBC, 2014).

Contudo, em agosto de 2014, o avião que levava o candidato Eduardo Jorge caiu, levando todos os passageiros à óbito. Por conta do acidente, Marina Silva, que até então

ocupava a posição de vice-presidente, passou a ser candidata presidencial pela coligação “Unidos pelo Brasil”, substituindo Jorge. Por conta de toda a comoção, Silva recebeu grande apoio da população de acordo com as pesquisas iniciais, mas sua popularidade foi diminuindo com a chegada do primeiro turno e acabou não alcançando o segundo (POZZEBOM, 2014).

Além dessa questão, a imagem de Dilma estava vinculada aos fortes protestos, iniciados em 2013, originalmente por conta do descontentamento com as tarifas do transporte público em São Paulo, até se transformar em uma comoção nacional contra a má gestão pública e a corrupção. Para completar, os oponentes utilizaram o argumento dos gastos com a sediação da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, bem como a proposta da candidata de manter os programas sociais (POZZEBOM, 2014).

Entretanto, Dilma venceu o segundo turno contra Aécio Neves, com 51,64% dos votos válidos contra 48,36%, respectivamente, mantendo Michel Temer como seu vice-presidente. Vale ressaltar que o uso de redes sociais e mecanismos de pesquisas foram fortemente utilizados nessas eleições, principalmente para discussões entre os lados opostos (POZZEBOM, 2014).

3.5. Segundo mandato (2015 - 2016)

Dilma Rousseff assumiu novamente a posição de presidente com alguns descontentamentos por parte da população, seja por conta dos destinos dos recursos públicos, como a Copa do Mundo e outros projetos, como sua imagem e de seu partido atrelados à corrupção. Além disso, acreditava-se que a presidenta não correspondia às expectativas como líder do Estado, como seu antecessor.

Assim, segundo Corsi (2016), mesmo Rousseff tendo sido reeleita, ela enfrentava o seguinte cenário:

Deterioração da situação econômica, persistência da crise internacional, onda de casos de corrupção, campanha diuturna da imprensa contra o governo e a implosão da base de sustentação política no Congresso, reflexo do desmoronamento da instável aliança de classes que sustentava os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

A questão econômica era preocupante, uma vez que era sentida por todos as camadas da população. A classe dominante questionava a capacidade de contenção da inflação, bem como o comprometimento da competitividade industrial, falta de estímulos para esse setor, uso de bancos estatais para proporcionar crédito e queda do crescimento da própria economia

brasileira. Isso fez com que Dilma perdesse ainda mais seu apoio no Congresso e sua credibilidade como estadista. Por conta disso, Joaquim Levy foi nomeado como ministro da Fazenda e para que fosse amenizada a crise econômica, houve a proposta de ajustes, a começar pelos gastos públicos, principalmente a diminuição de recursos para projetos sociais, os quais eram fortemente propagados pelo Partido dos Trabalhadores. Para a contenção inflacionária, a taxa de juros foi aumentada e a alocação de recursos foi reformulada, através de um ajuste fiscal (CORSI, 2016).

Mesmo com os cortes no gasto público, não houve o superávit esperado nas contas do governo, além do aumento da dívida pública e profunda desaceleração econômica. Por conta da política econômica adotada, Rousseff acabou perdendo o apoio das camadas populares, uma vez que recursos não foram alocados para projetos sociais e a ortodoxia da política implantada demonstrou ineficácia para lidar com a economia no momento em questão. Ademais, as classes dominantes e média também se demonstravam descontentes com as deliberações do governo (CORSI, 2016).

Claramente, a crise política estava fortemente atrelada à econômica. Por conta disso, a população começou a se manifestar contra a governante. Assim, foi realizado o primeiro “panelaço” em diversas cidades do país, curiosamente, no Dia Internacional da Mulher, durante o pronunciamento da governante, que garantia que apoiaria todas as classes sociais, mas que todos também iriam enfrentar as consequências das medidas tomadas (FOLHA DE S. PAULO, 2015).

Outro ponto que claramente afetou a visibilidade de Dilma foi a nomeação de Lula como ministro chefe da Casa Civil em 2016. Lula foi impedido de assumir o cargo pelo STF, com a justificativa de que o ex-presidente poderia prejudicar a investigação da Operação Lava Jato, uma vez que ele era acusado de estar envolvido com lavagem de dinheiro e corrupção (OLIVEIRA, 2016).

Por conta do breve intervalo entre a posse e o *impeachment*, além dos cortes de gastos públicos, Dilma não apresentou muitas propostas em termos de gênero, mas elas existiram. A primeira delas corresponde à plataforma “Mais Mulheres no Poder”, em 2015, que buscava incentivar a participação política institucional de mulheres. Outra medida importante foi a alteração do Código Penal brasileiro, através da Lei nº 13.104, conhecida como “Lei do Femicídio”, aprovada também em 2015. Ela passou a classificar o feminicídio como homicídio qualificado, classificando como crime hediondo (MORITZ, 2018).

3.6. O caminho para o *impeachment* e a questão do gênero no governo Dilma

Entre 2015 e 2016, houve diversos protestos e manifestações contra a presidenta. Em suma, o resultado da insatisfação de várias camadas da sociedade com demais fatores motivaram o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

No que tange a temática de gênero durante seus dois mandatos, percebe-se uma carência de ações efetivas. É claro que houve mudanças, muitas delas significativas. Percebe-se que após a redemocratização, os anos com mais iniciativas estatais para a demanda de direitos correspondem a 1995, 2003 e 2013. Contudo, nota-se que em 1995, 2007, 2014 e 2015, também houve retrocessos nessas pautas (MATOS, 2020).

Dilma, mesmo sendo a primeira mulher a ocupar cargos antes considerados masculinos e que mundialmente apresentam números irrisórios de participação feminina, como de presidente da República, ministra de Minas e Energia e ministra chefe da Casa Civil, não avançou muito com façanhas em termos de gênero. Embora ela tenha sido um símbolo de uma mudança em potencial e teve bons índices nos programas colocados em prática, ainda assim não inovou ou quebrou completamente os paradigmas que a política brasileira em termos da cultura heteropatriarcal estava acostumada, principalmente por sua decisão de dar continuidade ao governo de seu antecessor.

Contudo, ainda houveram pautas sociais que realmente progrediram durante o governo de Dilma, por exemplo o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal das uniões homoafetivas como estáveis e equiparadas à uniões estáveis em 2011, ainda que não fosse uma lei, e a evolução na pauta de gênero e Análise de Política Externa (APE) brasileira nos últimos anos, considerada uma das maiores áreas de estudo do mundo, fomentado especialmente pela participação e acesso de atores sociais nas discussões sobre as decisões acerca de política externa (COITINHO FILHO; RINALDI, 2018; SÁLOMON; PINHEIRO, 2013).

4. IMPEACHMENT

Como demonstrado através dos dados analisados, mesmo Dilma sendo mulher, ela não consegue avançar como esperado na pauta de gênero, inclusive para alavancar a discussão sobre desigualdade de gênero no país. Sendo ela a primeira mulher presidente do Brasil, acreditava-se que ela seria mais do que um símbolo do que as mulheres seriam capazes de

alcançar na política. Mas deve-se levar em consideração também o fato dela estar apoiada em um partido de esquerda. O PT, ao mesmo tempo que trabalha com temas ligados aos direitos e inserções sociais, ainda não executa de forma tão ampla a questão das mulheres. Um exemplo disso seriam os programas propostos pelos seus governos, como Bolsa Família e Brasil Carinhoso, que contam com a mulher como responsável pela família e as finanças dela.

Isso demonstra que a mulher não é o objeto central, mas sim uma parte das questões que necessitam ser resolvidas sobre a desigualdade social. Como indica Friedman (p. 21, 2020), os governos latino americanos referentes à Maré Rosa transformaram a realidade de mulheres, sendo que a população feminina de baixa renda conquistou melhores condições de vida. Entretanto, esses mesmos governos responsáveis pelas mudanças se apoiaram em relações heteropatriarcais de poder, como é o caso da estrutura política do Brasil. Além disso, as políticas e ações implementadas relacionadas à temática de gênero tendem a ser baseadas em valores tradicionais, ou até mesmo obsoletos, da sociedade em questão.

O processo de *impeachment* foi iniciado na Câmara dos Deputados, através de denúncias sobre Crime de Responsabilidade da então presidenta, a qual teria realizado uma manobra fiscal sobre o Plano Safra e atrasado o repasse do Tesouro Nacional para o Banco do Brasil, o qual era responsável pelo projeto. Essa ação é denominada “pedalada fiscal”, termo que foi altamente utilizado durante todo o andamento da investigação. Os responsáveis pela acusação se basearam na Constituição Federal, com a justificativa de que Rousseff teria aprovado abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional. Em suma, esses créditos não teriam sido aprovados por meios legais e as formalidades necessárias, tendo um impacto no orçamento da União. Por conta disso, foi-se atribuído o Crime de Responsabilidade de Dilma, que constitucionalmente respalda a retirada da presidenta (SILVA; BENEVIDES; PASSOS, 2017).

Contudo, ainda que essas acusações tenham sido protocoladas, ainda existem dúvidas sobre sua legitimidade e assertividade. Entre as diversas questões acerca do processo, o que mais chama a atenção é a incapacidade de demonstrar a participação ativa de Dilma nas pedaladas fiscais como principal responsável. Considera-se também que acusação não buscava simplesmente o interesse da população, mas sim os próprios. O grupo de políticos, pessoas atuantes em âmbito público e privado, bem como pessoas físicas desejavam retirá-la do poder pela liberdade que ela deu às instituições para as investigações de corrupção e desacreditá-la como liderança, fazendo com que os moldes do aparato do Estado fosse modificado, por conta da herança esquerdista dos mandatos do PT (SILVA; BENEVIDES; PASSOS, 2017).

Por conta dessas contradições, o impeachment também pode ser analisado como um golpe político, orquestrado pela Câmara dos Deputados, envolvendo até mesmo o então vice-presidente Michel Temer. Mas não foram apenas esses atores os responsáveis, uma vez que segundo Silva, Benevides e Passos (p. 14, 2017), houveram outros grupos que devem ser apontados como motivadores. O primeiro deles corresponde à elite econômica e financeira, que através do seu alto capital, é capaz de comprar outras elites, como a política e intelectual. Isso serviria para alcançar seus objetivos, ou seja, aumentar ainda mais seu poder financeiro. Como Dilma e o PT poderiam causar empecilhos para suas atuações, esse grupo buscou a descredibilidade deles.

Não apenas o lado econômico foi importante, mas também o jurídico e especialmente, o midiático. A mídia cobriu ferrenhamente todo o processo de acusação e deposição de Rousseff, com manchetes que a taxavam de corrupta, incapaz de cumprir as funções atribuídas ao cargo e assumiu uma postura misógina ao retratar a presidente. Ainda em 2016, uma edição da revista IstoÉ ficou muito conhecida, pois mostrava Dilma gritando, com a manchete “As explosões nervosas da presidente”. Ela foi retratada como histérica e por conta de seu estado psicológico, não estaria apta a governar. Não apenas isso, mas também perpetuou o estereótipo de que as mulheres são mais emocionais do que os homens, e por isso não são indicadas para os altos cargos de comando. Ademais, todo o processo de impeachment foi coberto pelas principais redes de televisão e jornais, inclusive a votação. Em grande parte, eram críticos aos governos do PT e seus supostos crimes, os quais ameaçam a sociedade e a política brasileira (SILVA; BENEVIDES; PASSOS, 2017; GRATON; GUAZINA, 2017).

O *impeachment* da ex-presidenta durante seu segundo mandato é alvo de diferentes observações para constatar quais foram as razões para este processo. Alguns atribuem às investigações de corrupção por parte dos membros do Partido dos Trabalhadores, inclusive do antecessor de Dilma, Lula. Além disso, haveria também economia, em que a recessão causou um impacto negativo no PIB. Junto a isso, houveram também as acusações de “pedaladas fiscais” por parte de Rousseff (PÉREZ, 2022). Mesmo que sejam justificativas plausíveis, este trabalho não pretende se aprofundar nessas questões e na legitimidade da retirada de Rousseff, a intenção é vislumbrar este acontecimento do ponto de vista de gênero.

Como mencionado anteriormente, Dilma desde que ingressou na vida política era alvo de críticas, especialmente de cunho misógino. Questionavam sua capacidade de liderança, inteligência e especialmente seu comportamento, o qual não correspondia ao esperado de uma mulher. Como retratado por Pérez (p. 44, 2022):

(...) women's participation in Brazilian politics and public affairs has often been overshadowed by patriarchal concerns about how a woman "should" act, whereby "proper" decorum can assure her continued participation, while norm breaking can lead to her exclusion.

Percebe-se uma característica marcante na política brasileira: as mulheres até podem participar do cenário representativo, desde que correspondam à imagem pura e virtuosa. Caso contrário, seria considerada "louca" (LEITÃO, 2018). A mulher brasileira, a qual é extremamente estereotipada, é considerada por muitos como algo a ser visto, belo, que deve despertar o desejo sexual. Aquelas que não seguem a regra ou que até mesmo lutam contra ela, são rejeitadas (PÉREZ, 2022).

É necessário apontar que vários políticos já foram e são desmoralizados por conta de seus erros, inclusive por suas condutas e formas de tratamento. Contudo, quando se trata de Dilma, as críticas e provocações em maior parte assumem tons machistas e humilhantes para o gênero feminino. Nota-se que ela não sofreu represália apenas como representante política, mas principalmente como pessoa, ou seja, como mulher. Isso não se deve apenas pela impopularidade dela como governante, mas também pela sua inaptidão de manter o apoio das elites políticas, cuja maioria são homens, e a incapacidade das mulheres permanecerem como foco da representação política (PÉREZ, 2022).

Para a defesa da presidenta, o principal ator foi José Eduardo Cardozo, que afirmava que o processo era uma retaliação por parte de Eduardo Cunha, além de que não houve crime de responsabilidade. No documento de defesa, ele buscou desqualificar o processo por razões técnicas e falta de comprovação das acusações (BORGES; BENITES, 2016). Rousseff também realizou um discurso de defesa no Senado, em que fortaleceu sua trajetória política, dizendo que houveram erros em seu mandato, mas que não fugiu do compromisso assumido perante a nação nem de seus princípios. Ela ressaltou que caso o impeachment fosse realizado, ela estaria sofrendo um golpe parlamentar, o que ia contra a população que a elegeu democraticamente e contra a própria Constituição Federal (ROUSSEFF, 2016a).

Na própria votação para o *impeachment*, Dilma sofreu violência por conta de seu gênero. Durante a ação, que ocorreu no dia 17 de abril de 2016, vários deputados basearam-se em discursos em defesa da família, de Deus, da nação e dos bons costumes para retirar a presidenta do poder. Essa atitude seria uma resposta à imagem subversiva de Rousseff, já que ela seria considerada contrária aos valores dos brasileiros, simplesmente pela sua ocupação e

personalidade. Os argumentos ligados à corrupção também foram utilizados, mas não com tamanha força quanto os discursos misóginos (PÉREZ, 2022). Não obstante, também foi homenageado durante a votação para retirada da presidenta, seu torturador durante a Ditadura Militar. Em termos de cortesia, especialmente em âmbito político, esta declaração foi cruel e inapropriada, já que reviveu traumas, não apenas de Dilma, mas de toda uma população que sofreu durante o regime de repressão.

Através dessa manifestação do então deputado Jair Bolsonaro, percebemos uma ligação entre o passado político de Rousseff e sua saída da presidência. Ela foi uma mulher que desde o início foi contra os preceitos, tanto da sociedade ditatorial em que vivia, como do ambiente político machista brasileiro. Antes mesmo de ser presidente, ela assumiu posições de *hard politics*, como primeira chefe da Casa Civil e primeira, e até hoje única, mulher a ser ministra de Minas e Energia. Ou seja, todos esses espaços, seja a de militância como de atuação política, não acolhiam mulheres diretamente, uma vez que eram ocupações feitas por e para homens. Isso é uma realidade observada não apenas no contexto brasileiro, mas também mundial, dado as estatísticas de mulheres ligadas diretamente a esse espaço.

De acordo com a análise de Pérez (p. 52, 2022), quando comparado ao *impeachment* de outro presidente brasileiro, Fernando Collor, o processo de Rousseff contou com uma centralização de discursos e lideranças masculinas. Além disso, o tom dos pronunciamentos dos envolvidos foram significativamente diferentes, bem como o uso de palavras como “Deus”, “família” e “esposa”; enquanto no afastamento de Collor, utilizou-se termos ligados à corrupção e economia. Esse fato demonstra como o processo de Dilma extrapolou o cenário jurídico e político, julgando-a também como corpo feminino, supostamente subversivo.

Após o resultado da votação do impeachment, Dilma realizou um discurso, em que reforçou que não cometeu crime de responsabilidade, que o Senado cometeu uma grande injustiça e que não seguiu os preceitos da Constituição Federal, tratando-se de um golpe parlamentar. Além disso, ela ressaltou que este não foi o primeiro golpe que ela sofreu, mas sim o segundo. O primeiro correspondia à Ditadura Militar, em que ela foi acometida por violência e tortura por parte do regime (ROUSSEFF, 2016b).

Como declarado pela então ex-presidenta:

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. (...) O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógeno. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. Peço às

brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes (ROUSSEFF, 2016b).

Pelo pronunciamento realizado, percebe-se que ela buscou argumentos para fortalecer a confiança da população brasileira, através das mudanças implementadas tanto pelo seu governo como por seu antecessor. Ela destacou as oportunidades criadas durante os governos petistas, especialmente ligados à diminuição da desigualdade de renda no Brasil. Rousseff manteve que desde o início de seu mandato, foi inocente dos crimes que foi acusada (ROUSSEFF, 2016b).

Com a saída de Dilma Rousseff da presidência, Michel Temer assumiu a posição. Nota-se que a conduta misógina que permeia a política não terminou com a retirada da ex-presidenta. Como indicado por Rubim e Argolo (p. 17, 2018):

No dia seguinte à posse do governo interino de Michel Temer, esse cenário foi reconfigurado. A foto do novo gabinete ministerial revelava a ausência de mulheres, de negros, de índios e de jovens dentre outras faces identitárias. Denotava o início de um governo misógino e conservador e o consequente desmonte das políticas para mulheres.

Houve um afastamento da participação de mulheres no âmbito ministerial, além da extinção do Ministério das Mulheres, que então passou a ser parte do Ministério da Justiça. Além disso, a Secretária de Políticas para Mulheres sofreu um corte de orçamento de mais de 60%, além da descontinuação das políticas dos ex-presidentes petistas (RUBIM; ARGOLO, 2018). Não obstante, houve a comparação entre a esposa de Michel Temer, que segundo uma publicação da revista *Veja*, seria “bela, recata e do lar”, e Dilma, a qual seria o completo oposto dessas características. Rousseff não foi taxada apenas como “explosiva” e emotiva, mas também como instável e louca, acompanhada de representações misóginas, tanto na mídia, como visto na revista *IstoÉ*, como pela população, que chegou a utilizar imagens de cunho pornográfico da ex-presidenta (LINHARES, 2016; CAVICCHIOLI, 2021).

Isso demonstra um claro retrocesso das conquistas do governo Dilma em um breve intervalo de tempo. Ademais, não foi algo que simplesmente aconteceu por conta da mudança de liderança, mas sim um reflexo da máquina estatal que permaneceu e permanece pautada em valores patriarcais. Por alguns anos, houve a esperança de mudança de perspectivas, com a

ascensão de Dilma, não só na arena política, mas também na sociedade brasileira. Contudo, por diversas razões, inclusive a hostilidade com gênero feminino, não houve continuidade.

Ainda que nos discursos da ex-presidenta houvesse preocupação com a população feminina e palavras de incentivo para a melhor integração delas na sociedade, como por exemplo seus pronunciamentos para a comunidade internacional e para os brasileiros, ou até mesmo durante suas propagandas eleitorais; na prática não houveram tantos avanços significativos para a superação da desigualdade de gênero. Claro, foram implementadas políticas como a PEC das Domésticas e a Lei do Feminicídio, esses projetos ainda sofreram críticas, não por terem sido criadas, mas sim a formação social brasileira que criou a necessidade para tal. Assim, não seria suficiente apenas essas medidas legais criadas, mas também preventivas e educacionais, para que houvesse uma transformação cultural significativa, a fim de quebrar com os estereótipos ligados aos papéis sociais dos corpos femininos e masculinos no Brasil (MENEZES, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com toda a questão do *impeachment* de Dilma, isso não significa que as mulheres deixaram de buscar uma melhor e maior representação, nem que irão se abster da vida política. A luta por visibilidade e direitos das mulheres continua, ainda que a primeira presidente do Brasil tenha sido deposta. Aliás, é por conta da forma que ela foi tratada, com tamanha violência por conta de seu gênero, que as mulheres devem buscar firmemente sua posição de direito na política.

Ainda que houvesse alegações de corrupção por parte da ex-presidenta e de seu partido, bem como outras justificativas apresentadas pela acusação e até pela população brasileira, nota-se que o gênero foi um fator importante nessa situação. Isso porque Rousseff era atribuída a uma imagem dura e firme, que foi facilmente utilizada como forma de desacreditá-la. Além disso, sua postura e seus posicionamentos decididos iam contra a forma em que a estrutura política brasileira foi e é organizada, sendo que a permanência de Dilma poderia ameaçá-la.

Não obstante, durante o *impeachment*, a ex-presidenta sofreu injúrias misóginas, não apenas da mídia, que a retratava como instável emocionalmente e incapaz de dirigir o país, mas também por outros políticos, que utilizavam insultos machistas e baseavam seus discursos em valores que teoricamente a figura de Dilma ia contra, como a família, Deus e a democracia. Ela sofreu não apenas acusações de cunho político, mas também por conta de seu

gênero, sendo atacada não apenas pelo seu lado profissional, mas também pessoal e como mulher.

Inegavelmente, Dilma Rousseff foi uma figura simbólica para a política brasileira, ainda que houvesse altos e baixos. Espera-se que ao longo do tempo, as mulheres sejam instruídas e ainda mais incentivadas a participarem ativamente da política, especialmente para mudarem a realidade em que vivem. Não se deve ver o caso do *impeachment* de Dilma como um obstáculo, mas sim como um exemplo de como a política precisa da participação de mais mulheres para transformá-la.

Referências Bibliográficas:

BEREVOESCU, Ionica; BALLINGTON, Julie. Women's Representation in Local Government: A Global Analysis. 2021. Nova York: **UN Women**. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-01/Womens-representation-in-local-government-en.pdf>. Acesso em: 07 fev 2022.

BORGES, Rodolfo; BENITES, Afonso. Defesa de Dilma: impeachment é falho e uma “vingança” de Cunha. **El País**. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/05/politica/1459812255_649619.html. Acesso em: 12 mar 2022.

CAVICCHIOLI, Giorgia. 5 anos do impeachment: entenda o papel do machismo no processo contra Dilma Rousseff. **Brasil de Fato**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/5-anos-do-impeachment-entenda-o-papel-do-machismo-no-processo-contradilma-rousseff>. Acesso em: 13 abr 2022.

CORSI, Francisco. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, jun 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8495>. Acesso em: 03 set 2021.

COITINHO FILHO, Ricardo Andrade; RINALDI, Alessandra de Andrade. O Supremo Tribunal Federal e a “união homoafetiva”: Onde os direitos e as moralidades se cruzam. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 26-42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/kbRpWfXKRzwxky7Wmz9TFMg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar 2022.

DILMA Rousseff (Dilma Vana Rousseff). *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV. c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acesso em: 25 ago 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Dilma é vaiada nas ruas de ao menos 12 capitais durante pronunciamento**. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1600050-dilma-e-vaiada-nas-ruas-de-ao-menos-4-capitais-durante-pronunciamento.shtml>. Acesso: 17 jan 2022.

FRAZÃO, Dilva. **Dilma Rousseff**. eBiografia. 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/dilma_rousseff/. Acesso em: 25 ago 2021.

G1. **Eleições 2010**. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/>. Acesso em: 30 ago 2021.

GANDIN, Lucas; PANKE, Luciana. A transferência de ethos de Lula para Dilma na campanha eleitoral de 2010. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 1, ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/39791/25772>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao “Machistério” de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, n. 2, p. 753-771, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158845008/html/>. Acesso em 06 jan 2022.

GRATON, Isabela Alves; GUAZINA, Liziane. Mídia e machismo: a representação de Dilma Rousseff nos grandes veículos de comunicação. *In*: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 40., 2017, Curitiba, p. 1-9. Disponível em: <https://docplayer.com.br/64371154-Midia-e-machismo-a-representacao-de-dilma-rousseff-nos-grandes-veiculos-de-comunicacao-1-isabela-alves-graton-2-liziane-guazina-3.html>. Acesso em: 16 jun 2021.

ISTOÉ. **Mensalão abala governo e cúpula do PT**. 2011. Disponível em: https://istoe.com.br/161884_MENSALAO+ABALA+GOVERNO+E+CUPULA+DO+PT/. Acesso em: 25 ago 2021.

LEITÃO, Cláudia. Imaginário, mulher e poder no Brasil: reflexões acerca do impeachment de Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O Golpe na Perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 51-64.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 13 abr 2022.

MATOS, Marlise. Género y sexualidad en la política pública de Brasil. In: FRIEDMAN, Elizabeth. **Género, Sexualidad e Izquierdas Latinoamericanas: El Reclamo de Derechos Durante La Marea Rosa**. CLACSO, 2020, p. 177-209.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**. 2014, n. 43, p. 57-118. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430057>. Acesso em: 19 fev 2022.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Dilma Rousseff**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>. 201-. Acesso em: 21 dez 2021.

MENEZES, Eduarda Lattanzi. Governo Dilma a partir da perspectiva de gênero nos âmbitos internacional e doméstico. In: **9º Congresso Latino-americano de Ciência Política**, 9., 2017, Montevideu, p. 1-24.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**. 2009, v. 15, n. 1, p 55-81. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100003>. Acesso em: 18 fev 2022.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS. **Galeria dos Ministros**. Disponível em: <http://antigo.mme.gov.br/web/guest/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros>. Acesso em: 25 ago 2021.

MORITZ, Maria Lúcia. Agenda Política de Gênero dos Governos Dilma, Kirchner e Bachelet (2011 - 2017). In: **ENCONTRO DA ABCP**, 11., 2018, Curitiba. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2019/05/agenda-politica-g-enero-dos-governos-dilma-kirchner-e.pdf>. Acesso em: 06 jan 2022.

NOSSA, Leonencio. 'Sou uma mulher dura cercada de homens meigos', diz Dilma. **Estadão**. 2009. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sou-uma-mulher-dura-cercada-de-homens-meigo-s-diz-dilma,336414>. Acesso em: 04 jan 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. c2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 07 fev 2022.

O GLOBO. **Da falta de estrutura fez-se a ‘crise do apagão’ no Brasil do início do século XXI**. 2011. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/da-falta-de-estrutura-fez-se-crise-do-apagao-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi-9396417#>. Acesso em: 23 ago 2021.

OLIVEIRA, Mariana. Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. **G1**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-com-o-ministro-da-casa-civil.html>. Acesso em: 17 jan 2022.

PANKE, Luciana. Análise Comparativa entre as Campanhas Eleitorais dos Brasileiros Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. **ComHumanitas**, v. 3, n. 3, p. 39-47, ano 3. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5896231.pdf>. Acesso em 30 ago 2021.

PÉREZ, José. The Dilma Rousseff presidency: from motherly discourses to queer impeachment. **International Feminist Journal of Politics**, p. 40-62. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. **Revista de Sociologia e Política**. 2010, v. 18, n. 36 p. 15-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 18 fev 2022.

PORTAL EBC. **Conheça o perfil dos 11 candidatos à Presidência da República**. 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/07/conheca-o-perfil-dos-11-candidatos-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 11 jan 2022.

POZZEBOM, Elina. Reeleição de Dilma teve campanha marcada por reviravoltas. **Agência Senado**. 2014. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/reeleicao-de-dilma-teve-campanha-marcada-por-reviravoltas>. Acesso em: 11 jan 2022.

ROUSSEFF, Dilma. Íntegra do discurso de Dilma após impeachment. **G1**. 2016b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>. Acesso em: 12 mar 2022.

ROUSSEFF, Dilma. Veja a íntegra do discurso de defesa de Dilma no Senado. **Agência Senado**. 2016a. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>. Acesso em: 12 mar 2022.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. Precisamos falar de Gênero. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O Golpe na Perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 7-22.

SAISI, Katia. A construção da imagem política de Dilma Rousseff na mídia: a propaganda televisiva x a cobertura jornalística na Folha e no Estado na campanha de 2010. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 7, n. 20, p. 31-50, jul - set 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/19904/15412>. Acesso em: 16 jun 2021.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Leticia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/SktXpnzRXjptLV53R6XvGcF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar 2022.

SEABRA, Catia; MISSIONEIRO, Mathilde. Brasil é 142º no ranking de participação de mulheres na política. **Folha de S. Paulo**. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/brasil-e-142o-no-ranking-de-participacao-de-mulheres-na-politica.shtml>. Acesso em: 18 fev 2022.

SENADO NOTÍCIAS. **Os avanços e as crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff**. 2014. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-criSES-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff>. Acesso em 03 set 2021.

SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. *In: 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política*, 9., 2017, Montevideu, p. 1-22.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: Para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2018.

TERRA. **Dilma Rousseff é a nova ministra da Casa Civil**. 2005. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20150402114916/http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI560594-EI1194,00-Dilma+Rousseff+e+a+nova+ministra+da+Casa+Civil.html>. Acesso em: 25 ago 2021.

UN WOMEN. **Women in politics: 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2021/03/women-in-politics-map-2021#view>. Acesso em: 08 fev 2022.